



**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

**AVISO N.º CENTRO-30-2022-05**

**TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO**

**(CONTRATOS DE EMPREGO-INERÇÃO E EMPREGO-INERÇÃO +)**

Programa Operacional Regional do Centro		
<b>Eixo Prioritário</b>	5	Fortalecer a Coesão Social e Territorial
<b>Objetivo Temático</b>	9	Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
<b>Prioridade de Investimento</b>	9.1	Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade
<b>Objetivo Específico</b>	9.1.1	Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais em especial de desempregados e desempregados com desvantagens necessitando de apoio particular para acesso ao mercado de trabalho
<b>Indicador de Realização</b>	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	
<b>Indicadores de Resultado</b>	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	
<b>Tipologia de Intervenção</b>	30	Inclusão ativa de grupos vulneráveis
<b>Tipologia de Operação</b>	Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+)	
<b>Fundo Estrutural</b>	Fundo Social Europeu (FSE)	
<b>Período de Candidaturas</b>	<b>Data de abertura</b>	<b>Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso</b>
	<b>Data de termo</b>	<b>29 de abril de 2022</b>

## Índice

1.	Preâmbulo .....	4
2.	Âmbito/Objetivos .....	4
3.	Ações elegíveis.....	5
4.	Calendário para apresentação de candidatura .....	5
5.	Procedimento para apresentação da candidatura .....	5
6.	Dotação indicativa do fundo a conceder .....	6
7.	Duração da candidatura .....	6
8.	Número de candidaturas a apresentar.....	6
9.	Área geográfica .....	6
10.	Destinatários .....	7
11.	Entidade beneficiária .....	7
12.	Critérios de elegibilidade da entidade beneficiária .....	7
13.	Direitos e obrigações da entidade beneficiária .....	7
14.	Documentação adicional .....	8
15.	Eficiência e Resultados .....	9
16.	Forma, montantes e limites dos apoios .....	10
17.	Despesas elegíveis.....	10
18.	Processo de análise e decisão da candidatura .....	10
19.	Condições de alteração.....	11
20.	Regime de financiamento .....	12
21.	Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações .....	13
22.	Divulgação dos Resultados .....	13
23.	Outras disposições.....	13
24.	Ponto de contacto.....	14
	Anexo I - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão .....	15
	Anexo II - Metodologia de aplicação custos simplificados no âmbito de ações relativas ao trabalho socialmente necessário CEI, CEI+ .....	16
	Anexo III - Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas .....	17

## 1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º, conjugado com a alínea a) do artigo 37.º, da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-C/2015, de 19 de junho, n.º 265/2016, de 13 de outubro, n.º 41/2018, de 1 de fevereiro, n.º 235/2018, de 23 de agosto, n.º 66/2019, de 20 de fevereiro, que a republica, n.º 140/2020, de 15 de junho, n.º 163/2020, de 1 de julho, n.º 279/2020, de 7 de dezembro, n.º 131/2021, de 25 de junho, n.º 305/2021, de 17 de dezembro, e n.º 88/2022, de 7 de fevereiro, que adota Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, doravante designado por RE ISE, a candidatura ao presente aviso decorre através de convite dirigido ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., (IEFP, I.P.), atendendo a que se trata do único beneficiário previsto com acesso à tipologia de operação em apreço, sendo o respetivo aviso publicitado no Portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/>).

O presente convite para apresentação de candidatura foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março, em conjugação com o artigo 9.º do RE ISE.

Com o presente aviso pretende-se garantir um nível de alocação dos recursos financeiros do eixo e do programa compatível com a boa execução dos recursos disponíveis para a região NUT II Centro, respeitando os limites de overbooking definidos na Deliberação da CIC n.º 8/2019 relativa às Orientações Estratégicas em Matéria de Gestão Orçamental dos Fundos da Política de Coesão no Portugal 2020, nos termos previstos na Deliberação da CIC n.º 1/2022 que procede à sua alteração.

Assim, considerando que a dotação global do POR Centro 2020 já está comprometida, não existindo recursos financeiros, no imediato, para o financiamento de novos projetos, o presente aviso não constitui uma garantia de financiamento aos projetos que vierem a ser candidatados. Constitui objetivo geral deste aviso a constituição de uma reserva de despesa válida e elegível, sobretudo em investimentos de natureza pública, cujo financiamento não está assegurado, mas que pode originar um financiamento efetivo, caso existam quebras acima do estimado decorrentes de anulações de compromissos e da realização dos projetos abaixo dos valores aprovados. A aprovação das operações não é condição para o beneficiário aceder de imediato ao financiamento do POR Centro 2020, existindo a possibilidade de acesso ao financiamento, no limite, através da existência de disponibilidades apuradas em sede de encerramento do programa e pagamento do saldo por parte da Comissão Europeia.

## 2. Âmbito e Objetivos

O presente convite refere-se, exclusivamente ao apoio a conceder no âmbito da tipologia de operação referente ao trabalho socialmente necessário enquadrado nas medidas de política pública designadas por

Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+, prevista na alínea e), do artigo 18.º do RE ISE, e regulamentadas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro, que a republica e n.º 294-A/2020, de 18 de dezembro, artigo 7.º da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, alterada pelas Portarias n.º 162/2020, de 30 de junho, n.º 218/2020 de 16 de setembro, n.º 302/2020, de 24 de dezembro e n.º 128/2021, de 24 de junho, que a republica, bem como pelos despachos que definem as tabelas de custos unitários aplicáveis a estas medidas, designadamente os Despachos n.º 691/2022, de 17 de janeiro, n.º 3803/2018, de 16 de abril, n.º 3184/2019, de 22 de março e n.º 5490/2020, de 13 de maio, visando os seguintes objetivos:

- Promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho;
- Fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização;
- Satisfazer necessidades sociais ou coletivas, em particular ao nível local ou regional.

### **3. Ações elegíveis**

São elegíveis as ações previstas no artigo 36.º do RE ISE, a saber:

- As que integrem atividades relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas de carácter temporário, designadamente nos domínios de apoio social e do património natural, cultural e urbanístico, da requalificação ambiental ou da conservação da acessibilidade territorial e da proteção da floresta;
- As que não consistam na ocupação de postos de trabalho.

### **4. Calendário para apresentação de candidatura**

O período para apresentação da candidatura decorre das 9H00 do dia útil seguinte à data de publicação do presente aviso até às 18H00 do dia 29.04.2022.

Recomenda-se à entidade beneficiária evitar a submissão tardia da candidatura, nomeadamente nos últimos dias do prazo da candidatura, por forma a reunir os requisitos técnicos ou administrativos necessários e exigidos pelo aviso em causa e pelas regras de funcionamento do Balcão Portugal 2020.

### **5. Procedimento para apresentação da candidatura**

A apresentação de candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, a entidade beneficiária deve efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para a entidade beneficiária, a qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, da região ou do Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar uma série de dados relativos à caracterização da entidade beneficiária, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

## **6. Dotação indicativa do fundo a conceder**

### **a. Dotação indicativa**

A dotação de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente convite é de 12.750.000 € (doze milhões setecentos e cinquenta mil euros).

### **b. Taxa de cofinanciamento**

Conforme estabelecido no artigo 5.º do RE ISE, a taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pela entidade beneficiária, uma vez que se trata de uma entidade prevista no n.º 6 daquele artigo.

## **7. Duração da candidatura**

A candidatura apresentada no âmbito deste convite tem a duração máxima de 36 meses, não podendo ultrapassar a data de 31/12/2022.

Nos termos n.º 6 do artigo 65.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, não podem ser selecionadas para efeitos de financiamento as candidaturas em que a totalidade das ações individuais nelas integradas estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura à Autoridade de Gestão (AG).

## **8. Número de candidaturas a apresentar**

A entidade beneficiária deve apresentar, no âmbito deste convite, uma única candidatura.

## **9. Área geográfica**

Para efeitos de financiamento são elegíveis os projetos que se localizem na região NUTS II Centro, conforme previsto na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º do RE ISE, sendo que a elegibilidade geográfica

é determinada pelo local onde se realizam as ações, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 20.º do RE ISE.

## **10. Destinatários**

São destinatários das ações previstas no ponto 3 do presente convite, os destinatários que reúnam os requisitos definidos nos diplomas normativos enquadradores das medidas de política pública identificadas no ponto 2.

## **11. Entidade beneficiária**

Nos termos do artigo 37.º do RE ISE, pode aceder ao apoio o IEPF, I.P., entidade que assume perante a (AG) do POR Centro 2020, a qualidade de beneficiário responsável pela execução de políticas públicas nacionais, nos termos previstos no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alterado pelas Leis n.º 7-A/2016, de 30 de março, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio, pela Lei n.º 71/2018, 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto e pelas Leis n.º 2/2020, de 31 de março e n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

## **12. Critérios de elegibilidade da entidade beneficiária**

A entidade beneficiária deve declarar ou comprovar, se para tal for notificada, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e não está abrangida pelos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## **13. Direitos e obrigações da entidade beneficiária**

A submissão da candidatura confere ao beneficiário o direito:

- À notificação da decisão que recai sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 18 do presente aviso;
- Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 16 e 20;
- Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente concurso, nos termos do ponto 22.

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o beneficiário fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:

- Executar as operações nos termos e condições aprovados;

- Facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 21 do presente aviso;
- Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

A entidade beneficiária fica, ainda, obrigada a registar regularmente, no Sistema de Informação do Fundo Social Europeu (SIFSE), a execução física associada às operações aprovadas pelo POR Centro 2020. À entidade beneficiária assistem, também, os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

#### **14. Documentação adicional**

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- Memória descritiva que fundamente a candidatura;
- Documento demonstrativo dos métodos de cálculo que sustente o montante financeiro solicitado.



## 15. Eficiência e resultados

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes da mesma entidade beneficiária, independentemente dos fundos e das tipologias de operações. Nos termos do artigo 7.º do RE ISE são contratualizados com a entidade beneficiária, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Na candidatura, a entidade beneficiária deve propor metas a contratualizar com a AG para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

No âmbito da tipologia de operação constante do ponto 2 do presente aviso de concurso, a entidade beneficiária deve propor metas a contratualizar com a AG, tendo como referência os valores-alvo mínimos apresentados no quadro *infra*, de modo a que a candidatura concorra para os indicadores de resultado e realização do POR Centro, a saber:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta
REALIZAÇÃO	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	N.º	a indicar pelo beneficiário
RESULTADO	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	%	>= 42
Fórmula de Cálculo do Indicador de resultado	$\frac{\text{N.º de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário} \times 100}{\text{N.º de participantes em ações de trabalho socialmente necessário}}$		

O IEFP, I.P., fica obrigado a colaborar com a AG no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos no anexo I do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro.

Prosseguindo uma orientação para resultados, o IEFP, I.P., deverá dotar-se dos mecanismos adequados para poder comprovar, no encerramento da operação, designadamente, em sede de saldo final e 6 meses após a conclusão da mesma, o alcance das metas previamente contratualizadas com a AG.

O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e de encerramento da operação, quer para a eventual constituição de uma reserva de eficiência e desempenho, quer ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, nos termos previstos no artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, n.º 255/2020, de 27 de outubro e n.º 43/2021, de 23 de fevereiro, que institui o Regulamento de Normas Comuns do FSE.

Assim, consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 70% do contratualizado, sendo que, abaixo desse limiar, procede-se a uma redução de meio ponto percentual(p.p.) da despesa total elegível por cada p.p. de desvio negativo, até ao limite máximo de redução de 5 % da despesa a aprovar em saldo.

## **16. Forma, montantes e limites dos apoios**

Os apoios a conceder no âmbito do presente convite, conforme previsto no n.º 1 do artigo 21.º do RE ISE, revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de custos simplificados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Os presentes apoios assumem a modalidade de tabela normalizada de custos unitários, cuja metodologia foi aprovada pela Deliberação n.º 2-B/2016, da CIC Portugal 2020, de 18 de janeiro, e atualizada pela Deliberação n.º 21/2018, de 2 de novembro, anexa ao presente convite (Anexo II), aplicando-se as comparticipações definidas nos Despachos n.º 691/2022, de 17 de janeiro, n.º 3803/2018 de 16 de abril, n.º 3184/2019, de 22 de março e n.º 5490/2020, de 13 de maio .

## **17. Despesas elegíveis**

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, conjugado com a Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são elegíveis as despesas nos termos previstos nos diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública mencionados no ponto 2.

## **18. Processo de análise e decisão da candidatura**

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação.

Sendo que, nos termos do artigo 37.º do RE ISE, a entidade beneficiária intervém na qualidade de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP) para a tipologia de operação constante do n.º 3 do presente convite, os critérios de elegibilidade decorrem de legislação própria aplicável.

Assim, não se procede à avaliação do mérito absoluto das candidaturas apresentadas pelo IEFP, I.P., no contexto deste Convite, aplicando-se os critérios de apreciação e seleção definidos na legislação que enquadra as medidas de política em causa (CEI e CEI+), às ações ou aos projetos a apresentar ao IEFP, I.P., pelas entidades destinatárias.

O processo de decisão das candidaturas integra duas fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, da alínea j) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação pela AG, em conformidade com o definido no presente convite;
- ii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG do POR Centro 2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no fluxograma constante do Anexo I.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados à entidade beneficiária quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela AG, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

## **19. Condições de alteração**

As alterações à decisão de aprovação são formalizadas via Balcão 2020, através da submissão de um pedido de alteração, em formulário próprio.

Se a entidade beneficiária não for notificada da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, com exceção das situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando nas candidaturas plurianuais o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

## 20. Regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pela entidade beneficiária apenas concederá o direito ao financiamento na medida e nos montantes das disponibilidades orçamentais que se vierem a apurar, o mais tardar, na fase de encerramento do Programa.

No que respeita aos reembolsos relativos à operação abrangida pela tabela normalizada de custos unitários, na prestação de contas são utilizados indicadores físicos, os quais irão determinar os montantes dos apoios a processar, nos seguintes termos:

### a) Indicadores físicos

$$\text{Volume de atividade projeto } n = \sum n.^{\circ} \text{ de meses por abrangido no projeto } n$$

em que:

N.º de meses é a duração efetiva da atividade no período de referência por abrangido em cada medida constante da matriz de custos unitários.

Entende-se por duração efetiva o número de meses entre a data de início e a data de fim do projeto.

### b) Montantes a processar

$$\text{Custo total do projeto } n = \sum (\text{custo unitário} \times \text{volume de atividade por abrangido})$$

em que:

Custo total da atividade do projeto n engloba o somatório dos produtos do custo unitário de cada medida existente no projeto pelo volume de atividade dessa mesma medida.

Os documentos considerados relevantes para a referida análise são:

- Mapas de assiduidade relativo aos meses que medeiam entre a data de reporte do último pedido de reembolso e a data de reporte do pedido de reembolso em análise;
- Cópias do contrato celebrado entre a entidade acolhedora e o desempregado;
- Cópia do termo de aceitação assinado pela entidade acolhedora do desempregado.

Na componente da operação abrangida pela tabela normalizada de custos unitários o montante total dos custos a aprovar por cada pedido de reembolso resulta do cruzamento entre os dados de execução física declarados (identificação exaustiva de cada desempregado e do n.º de meses acumulado da atividade) e as tabelas de custos unitários apresentadas.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a conformidade das despesas apresentadas pela entidade beneficiária, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

## **21. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações**

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do POR Centro 2020, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu - FSE (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis em <http://www.centro.portugal2020.pt/>

## **22. Divulgação dos resultados**

No portal <https://www.portugal2020.pt> o candidato tem acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre a candidatura;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Resultados do presente convite.

## **23. Outras disposições**

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março, e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, todas na sua atual redação, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (EU) n.º 1303/2013 e 1304/2013, ambos do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro.

#### 24. Ponto de contacto

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), e no sítio do POR Centro 2020 (<http://www.centro.portugal2020.pt/>), os pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Regional Centro

Rua Bernardim Ribeiro 80

3000-069 Coimbra

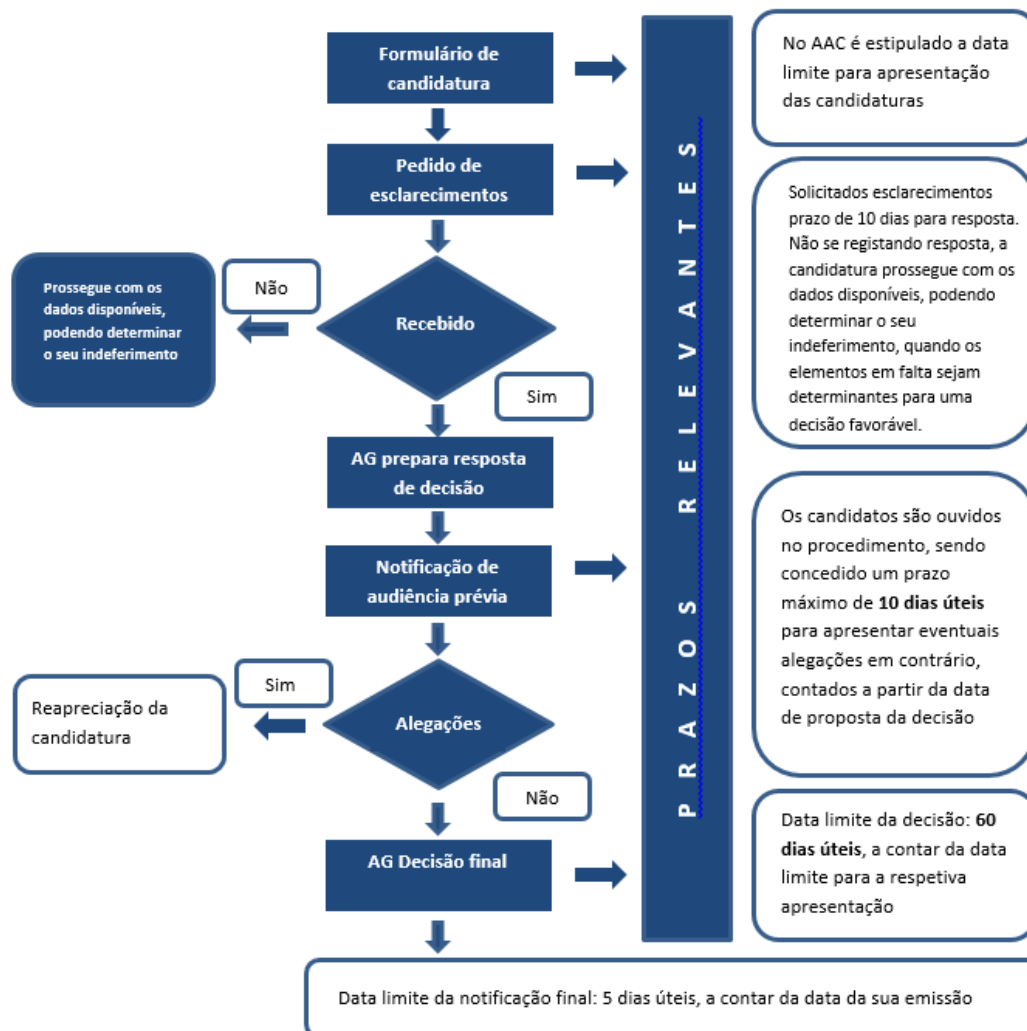
Telefone: +351 239 400 100

Correio eletrónico: [centro2020@ccdrc.pt](mailto:centro2020@ccdrc.pt)

Coimbra, 08, de abril de 2022

A Presidente da Comissão Diretiva do PO Regional do Centro  
Isabel Damasceno

## Anexo I - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão



## Notas:

<sup>1</sup> Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

<sup>2</sup> Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela AG.

<sup>3</sup> A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

**Anexo II - Metodologia de aplicação custos simplificados no âmbito de ações relativas ao trabalho socialmente necessário CEI, CEI+**

[https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/deliberacaocic21\\_2018.pdf](https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/deliberacaocic21_2018.pdf)



**Anexo III - Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas**

(documento em anexo ao Aviso)